



SERVITE EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 03.159.145/0001-28

RUA FELIPE CORTEZ | 1843 | LAGOA NOVA | NATAL/RN | CEP: 59056-150

E-mail: comercial@servite.com.br | www.servite.com.br

Tel/Fax: (84) 4006-9300 / (84) 3027-2798

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA – MAPA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21000.074428/2025-25

UASG 130141

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

SERVITE EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 03.159.145/0001-28, por intermédio de seu Procurador, Sr. LUIZ ANTONIO RECH, CPF nº 173.567.500-82, vem, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, apresentar a presente

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

I – DA TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação é tempestiva, por ser apresentada dentro do prazo legal previsto no art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

II – DA ILEGALIDADE NA FIXAÇÃO DO SALÁRIO DOS ENGENHEIROS

O Termo de Referência estabelece remuneração de R\$ 11.202,84 para os cargos de Engenheiro Civil, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Eletricista e Engenheiro Mecânico.

Entretanto, o próprio Termo de Referência determina que tais profissionais cumprirão jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

Ocorre que a remuneração mínima dos profissionais abrangidos pela Lei Federal nº 4.950-A/1966 não pode ser fixada em valor inferior ao piso legal estabelecido pela referida norma.

Dispõe o art. 5º da Lei nº 4.950-A/1966:

"Para a execução das atividades e tarefas classificadas na alínea 'a' do art. 3º, fica fixado o salário-base mínimo de 6 (seis) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País, para os profissionais relacionados na alínea 'a' do art. 4º, com jornada de 6 (seis) horas diárias."

Já o art. 6º da mesma lei prevê o acréscimo de 25% para cada hora excedente à sexta hora diária.

Assim, para jornada de 8 horas diárias (40 horas semanais), o piso legal corresponde a:

- 6 salários mínimos para as primeiras 6 horas;
- Acréscimo de 25% sobre cada uma das 2 horas excedentes;



SERVITE EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 03.159.145/0001-28

RUA FELIPE CORTEZ | 1843 | LAGOA NOVA | NATAL/RN | CEP: 59056-150

E-mail: comercial@servite.com.br | www.servite.com.br

Tel/Fax: (84) 4006-9300 / (84) 3027-2798

Resultando em remuneração equivalente a 8,5 salários mínimos.

$R\$ 1.621,00 * 8,5 = R\$ 13.778,50$

Considerando o salário mínimo nacional atualmente vigente, verifica-se que o valor estabelecido no Termo de Referência encontra-se abaixo do piso legal da categoria profissional.

Tal circunstância produz grave vício na formação do orçamento estimado da contratação, uma vez que obriga os licitantes a formularem propostas com base em custo de mão de obra incompatível com a legislação federal.

A manutenção da remuneração em patamar inferior ao piso legal implica:

- a) elaboração de planilhas inexequíveis;
- b) risco de futuras repactuações e pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro;
- c) potencial responsabilização da Administração por fixação de custos em desacordo com norma cogente;
- d) afronta aos princípios da legalidade, da eficiência e do planejamento previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

A Administração não possui discricionariedade para estabelecer remuneração inferior ao piso legal dos profissionais de engenharia.

Dessa forma, impõe-se a retificação do Termo de Referência, da estimativa de custos e de todos os documentos correlatos, adequando-se a remuneração dos engenheiros ao piso previsto na Lei nº 4.950-A/1966 para jornada de 40 horas semanais.

III – DA ILEGALIDADE DAS CLÁUSULAS DE SEGURO-GARANTIA DOS ITENS 4.11 E 4.11.1

O Termo de Referência estabelece:

"4.11. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado."

"4.11.1 O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido."

As referidas exigências extrapolam os limites estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 e pela regulamentação da SUSEP.

A Lei nº 14.133/2021 autoriza a exigência de garantia contratual, inclusive cobertura para obrigações trabalhistas, mas não autoriza que o edital imponha às seguradoras obrigação



SERVITE EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 03.159.145/0001-28

RUA FELIPE CORTEZ | 1843 | LAGOA NOVA | NATAL/RN | CEP: 59056-150

E-mail: comercial@servite.com.br | www.servite.com.br

Tel/Fax: (84) 4006-9300 / (84) 3027-2798

de efetuar pagamento direto ao trabalhador mediante simples decisão administrativa proferida pela Administração Contratante.

As operações de seguro-garantia são disciplinadas pela legislação securitária e pela regulamentação expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

As apólices padronizadas comercializadas no mercado observam condições previamente aprovadas pela SUSEP e não contemplam, de forma geral, cláusulas de pagamento direto a empregados mediante mera decisão administrativa do órgão contratante.

A exigência impugnada cria obstáculo concreto à obtenção da garantia contratual pelos licitantes, restringindo indevidamente a competitividade do certame.

Na prática, as seguradoras recusam a emissão de apólices contendo tais condições por ausência de previsão normativa e incompatibilidade com os produtos autorizados pela SUSEP.

A consequência é a redução artificial do universo de participantes aptos a disputar o certame, em afronta aos princípios da competitividade, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme no sentido de que exigências editalícias devem guardar pertinência com a legislação aplicável e não podem impor obrigações que restrinjam injustificadamente a participação de interessados.

A Administração pode exigir garantia contratual, mas não pode impor condições incompatíveis com os produtos regularmente disponibilizados pelo mercado segurador.

Além disso, a apuração de verbas trabalhistas envolve matérias complexas, frequentemente submetidas à competência da Justiça do Trabalho, não sendo juridicamente adequado transferir à seguradora obrigação de pagamento imediato fundada exclusivamente em decisão administrativa.

Por essa razão, os itens 4.11 e 4.11.1 devem ser excluídos ou adequados à regulamentação vigente da SUSEP e às condições efetivamente disponíveis no mercado securitário.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- a) o recebimento e conhecimento da presente impugnação;
- b) a procedência da impugnação para determinar a revisão da remuneração dos cargos de Engenheiro Civil, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Eletricista e Engenheiro Mecânico, adequando-a ao piso salarial previsto na Lei nº 4.950-A/1966 para jornada de 40 horas semanais;
- c) a revisão do orçamento estimado, planilhas de custos e demais documentos da contratação impactados pela alteração do piso salarial;



SERVITE EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 03.159.145/0001-28

RUA FELIPE CORTEZ | 1843 | LAGOA NOVA | NATAL/RN | CEP: 59056-150

E-mail: comercial@servite.com.br | www.servite.com.br

Tel/Fax: (84) 4006-9300 / (84) 3027-2798

d) a exclusão ou adequação dos itens 4.11 e 4.11.1 do Termo de Referência, afastando a exigência de pagamento direto ao empregado por seguradora ou instituição fiadora com fundamento em mera decisão administrativa;

e) caso acolhida a presente impugnação, a republicação do instrumento convocatório e a reabertura dos prazos legais, em observância ao art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Termos em que,

Pede deferimento.

Natal/RN, 15 de junho de 2026.

SERVITE EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ nº 03.159.145/0001-28

LUIZ ANTONIO RECH

Procurador

CPF nº 173.567.500-82